



A POLÍTICA DA CIÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

V.22, N°3, Set-Dez/2026

Taubaté/SP - Brasil

ISSN 1809-239x



UNITAU
Universidade de Taubaté



EDITORIAL

A POLÍTICA DA CIÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

EDITORIAL

A POLÍTICA DA CIÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Edson Trajano Vieira¹**
Moacir José dos Santos²

A cada dois anos, o Brasil vive um novo ciclo eleitoral, quando se alternam as eleições municipais e as eleições para os cargos dos Executivos federal e estadual, dos Legislativos estaduais e do Congresso Nacional. Em cada período, entretanto, observa-se uma limitada atenção conferida à apresentação de propostas concretas à formulação de políticas públicas de desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Evidentemente, várias áreas da sociedade apresentam, na circunstância sufragista, reivindicações semelhantes em relação a falta de atenção dos postulantes aos cargos eletivos quanto às suas demandas. Historicamente, ainda assim, processos sustentáveis de desenvolvimento somente são concretizados com o planejamento, implantação, gestão e revisão de políticas planejadas e executadas a longo prazo a fim de tornar a ciência e a tecnologia centrais no processo de desenvolvimento.

As inovações tecnológicas e produtivas das últimas décadas destacam como o Estado, mediante políticas públicas de desenvolvimento, tem a incumbência de induzir a renovação do setor produtivo com efeitos multiplicadores sobre o conjunto da economia e da sociedade. Ademais, a configuração geopolítica contemporânea decorre de decisões estratégicas associadas tanto às políticas públicas macroeconômicas quanto às destinadas à promoção do desenvolvimento científico. Afinal, esses propósitos não podem apenas emergir nos debates eleitorais para, adiante, afundarem no campo das ideias.

Destaca-se, na atual ordem mundial, a centralidade da China, que está associada a seu protagonismo crescente na divisão internacional do trabalho. O exemplo mais recente dessa assertividade foi a elaboração e a consecução de uma política pública estratégica no decorrer de várias décadas para a estruturação e a consolidação da cadeia produtiva dedicada às denominadas “terras raras”.

1 Editor Chefe da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Doutor em História Econômica (USP). Docente da Universidade de Taubaté (UNITAU). E-mail: trajano@unitau.br

2 Executivo da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Doutor em História (UNESP). Docente da Universidade de Taubaté. Taubaté – SP, Brasil. E-mail: moacir.jsantos@unitau.br

Esse investimento, que sob o horizonte de curto prazo e a perspectiva neoliberal seria considerado ineficiente por não produzir resultados de modo rápido, assegurou ao Estado chinês o efetivo exercício do controle de um setor incontornável à economia política contemporânea. Essa postura possibilitou à China ampliar seu desenvolvimento econômico e social e, paralelamente, consolidar sua capacidade de enfrentamento às pressões políticas externas, sobretudo aquelas oriundas dos Estados Unidos.

O exemplo chinês não é um caso isolado ou uma exceção. No decorrer da história, as trajetórias de desenvolvimento que projetaram os Estados nacionais à centralidade econômica e política internacional contaram com o suporte de políticas públicas que foram responsáveis por gerar as condições necessárias a estruturação de setores pujantes quanto às contribuições científicas e tecnológicas necessárias ao dinamismo econômico. Nesse sentido, a política da ciência, relacionada à reivindicação de políticas públicas de Estado efetivas para o desenvolvimento científico e tecnológico, adquire centralidade ao ser associada a uma perspectiva de nação e de superação das assimetrias econômicas, sociais e ambientais vinculadas às desigualdades territorializadas.

O ciclo eleitoral de 2026 apresenta mais uma oportunidade para se reivindicar a urgência de associar as políticas públicas brasileiras a uma política da ciência, cujo foco é a compreensão dos desafios nacionais e a sua superação mediante investimentos contínuos, assim como o aproveitamento do potencial do desenvolvimento nacional, a partir da diversidade do território e do potencial presente em cada região brasileira. Cabe à ciência nacional participar efetivamente do processo político enquanto setor estratégico apto a subsidiar políticas de Estado, sob uma perspectiva que considere os interesses e os objetivos nacionais, especialmente à produção e alcance dos resultados necessários.

Essa participação orientada ao desenvolvimento nacional exige o questionamento sobre qual modelo de desenvolvimento o investimento em ciência e tecnologia pode gerar, considerando a necessidade de reduzir as disparidades econômicas, sociais e ambientais territorializadas. É neste cenário que o campo de investigação dedicado ao desenvolvimento regional e local



assume protagonismo estratégico, por produzir o conhecimento necessário à compreensão dos desafios territorializados e a partir desta posição de orientar políticas públicas de Estado para o desenvolvimento nacional, seja em períodos eleitorais ou em qualquer outro.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



